

Os Determinantes Externos da Consolidação Política do Partido Comunista da Tchecoslováquia entre 1938 e 1948

Flávia Zanonato Busetti¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar os determinantes externos que impactaram na consolidação da política do Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSČ) entre 1938 e 1948 e sua conexão com os determinantes internos. A autora propõe-se responder a seguinte pergunta ao longo do artigo: “Quais foram os fatores externos que impactaram na consolidação política do KSČ na Tchecoslováquia entre 1938 e 1948?”. Para responder a este questionamento, assumem-se três hipóteses; as três foram corroboradas nas quatro subseções do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Comunista da Tchecoslováquia. Primeira República. Acordo de Munique. Frente Nacional. Autonomia Limitada.

¹ Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

A Tchecoslováquia tem sua história marcada pela ingerência externa e pela dependência de sua política internacional em relação a grandes potências. O período de 1938 a 1948 marca a subjugação tchecoslovaca à Alemanha do Terceiro Reich, com o fim do período democrático da Primeira República, e, subsequentemente, a libertação deste domínio, somente possível se considerar-se como fator de análise a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e sua política externa de Guerra Fria.

Portanto, o fim do presente artigo é analisar os determinantes externos que impactaram na consolidação da política do Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSČ) entre 1938 e 1948 e sua conexão com os determinantes internos. Para isso, é feita a seguinte pergunta: “Quais foram os fatores externos que impactaram na consolidação política do KSČ na Checoslováquia entre 1938 e 1948?”. Assumem-se três hipóteses para responder a pergunta ao longo do trabalho: (i) a Segunda Guerra Mundial e o Acordo de Munique (1938) forneceram uma retórica nacionalista e democrática da qual o KSČ se utilizou para construir a imagem do partido e da Frente Nacional Comunista; (ii) a importância estratégica e política da Tchecoslováquia em meio a Segunda Guerra Mundial influenciou nas relações com a União Soviética e, conseqüentemente, na autonomia da Frente Nacional Comunista; (iii) devem ser considerados na análise os determinantes internos para a consolidação política do KSČ, já que estão intrinsecamente conectados aos determinantes externos.

O artigo divide-se em quatro seções, considerando esta introdução, e quatro subseções. As três hipóteses serão exploradas ao longo das quatro subseções. A primeira trata do legado democrático deixado pela Primeira República para a população tchecoslovaca, que posteriormente será utilizado pelo KSČ na construção de sua imagem; a segunda explica de que modo a frente comunista valeu-se dos reflexos do Acordo de Munique e da Segunda Guerra Mundial para ampliar seu escopo de aceitação interna; a terceira esclarece a atuação do KSČ na Frente Nacional e como esta serviu à via pacífica de implementação do comunismo tchecoslovaco; a última seção explora a relação com a URSS, que, após a libertação do Exército Vermelho, passou a ser a principal aliada da Tchecoslováquia. Na seção

final, são apresentadas considerações finais, com a corroboração das três hipóteses elaboradas inicialmente.

2 Tchecoslováquia: 1918 – 1948

A presente seção tem por objetivo discorrer sobre a história da Tchecoslováquia, desde sua independência em 1918, até o ano de 1948. A primeira parte demonstrará o legado da Primeira República, a segunda o Acordo de Munique e as relações do país a partir da Segunda Guerra Mundial, a terceira tratará sobre a Frente Nacional, e, por fim, as relações com a União Soviética.

2.1 O Legado da Primeira República

A Tchecoslováquia foi declarada independente em 28 de outubro de 1918 e seu território formou-se a partir de cinco regiões de população tcheca e eslovaca do antigo Império Austro-Húngaro, então derrotado na Primeira Guerra Mundial. O estabelecimento dos limites do novo território, bem como o reconhecimento internacional do Estado-Nação, aconteceram na Conferência de Paz em Paris em 1919 (HEIMANN, 2009). A independência do Estado-Nação não foi ditada apenas pela decisão dos vencedores da guerra, não obstante, como McDermott (2015) explica, foi consequência tanto da ambição das nações tcheca e eslovaca em formar um governo autônomo como da intenção das potências vitoriosas de estabelecer uma zona tampão para conter o avanço do comunismo para o Ocidente, considerando a recente Revolução de 1917.

A Primeira República solidificou-se em meio a uma conjuntura externa de pós-guerra, com a reconstrução econômica dos países envolvidos, de nacionalismo exacerbado e de governos centralizadores e autoritários. Ao contrário das tendências continentais, o recente país tinha seus alicerces na democracia liberal multipartidária, que, como McDermott (2015) afirma, fazia parte da visão defendida pelas elites tchecas e era personificada pelo primeiro presidente tchecoslovaco, Tomáš Garrigue Masaryk. O presidente buscou inspiração nas constituições francesa e norte-americana para a formulação do seu governo, que era composto por um parlamento bicameral, eleições multipartidárias e sufrágio universal para homens e mulheres.

A propaganda foi elemento essencial do empreendimento de construção do Estado-Nação. Os líderes políticos tchecos Tomás Masaryk e Edvard Benes utilizaram-se do mito nacional para respaldar sua causa. De acordo com o mito, os tchecos teriam sofrido sob o poder dos austríacos e sua consciência como nação quase se perdeu em meio à subjugação. Após a formação do Estado-Nação, o mito se perpetuou através de uma Tchecoslováquia singular em contexto de autoritarismo e fascismo, se destacando pela racionalidade e democracia de sua governança. Sob a autoridade de líderes tchecos, o poder político do país era tolerante quanto à diversidade de nacionalidades, línguas e religiões advindas das diferentes regiões que formavam o território (ORZOFF, 2009).

Não somente a Primeira República se consolidou como exemplo de democracia no continente europeu devido a suas leis políticas, mas também por causa dos critérios em termos de direitos civis, com destaque para um sistema judiciário independente. A cultura era reflexo desta visão democrática e modernizadora, sendo que as tendências esquerdistas eram grandes contribuintes dos movimentos culturais da época. Não menos importante foram a reforma agrária, que distribuiu os latifúndios da aristocracia entre pequenos fundiários tchecos e eslovacos, e as leis trabalhistas, que permitiram a redução das tensões entre classes. Todos estes determinantes não excluía certos funcionamentos da política do governo e comportamentos do então presidente Masaryk que envolviam a democracia tchecoslovaca em contradições. Entretanto, estas incoerências não eram relevantes o suficiente ou não eram perceptíveis à população a ponto de minar a imagem da Primeira República (MCDERMOTT, 2015).

2.2 O Acordo de Munique e a Segunda Guerra Mundial

Próximo ao começo da Segunda Grande Guerra, no final de 1938 as ameaças de Adolf Hitler intensificaram em relação ao direito da Alemanha quanto aos Sudetos. Em uma tentativa de apaziguar as crescentes ambições do Terceiro Reich, as grandes potências acordaram entre si, sem a presença do que era o Estado em discussão, a entrega da região de interesse para os alemães, o que acarretou na perda de aproximadamente um terço do território e da população tchecoslovaca. Benes, então presidente da Tchecoslováquia, junto ao parlamento, compreendeu que a

aceitação seria a melhor escolha política frente a uma guerra que se iniciava, já que Inglaterra e França deixaram claro que não iriam prestar ajuda caso o Estado não aceitasse as condições e decidisse lutar (ORZOFF, 2009). Como Hobsbawn (2003) defende:

O acordo de Munique de 1938 demonstrou perfeitamente essa combinação de confiante agressão de um lado, medo e concessão do outro, o que explica por que durante gerações a própria palavra “Munique” se tornou sinônimo, no discurso político ocidental, de retirada covarde. A vergonha de Munique, sentida quase imediatamente mesmo por aqueles que assinaram o acordo, estava não apenas em entregar a Hitler um triunfo fácil, mas no palpável medo de guerra que o antecedeu, e na ainda mais palpável sensação de alívio por tê-la evitado a qualquer custo. (HOBSBAWN, 2003, p. 148).

A partir das determinações de setembro de 1938, os Sudetos alemães foram cedidos ao Terceiro Reich, enquanto que a Hungria e a Polônia se aproveitaram das negociações para reclamar o direito das regiões do sul da nação eslovaca, da Rutênia e da Silésia. O resultado, aceito pelo então presidente Benes, foi a perda de um quinto do território e um quarto da população da Tchecoslováquia, sem contar o enfraquecimento da soberania deste Estado perante o sistema europeu. Em parte, a concordância de Benes foi motivada pelas promessas em relação à preservação da independência do seu Estado, que estavam contidas no Acordo de Munique (MCDERMOTT, 2015).

A Segunda República, instalada em outubro do mesmo ano, passava a seguir as tendências de um governo autoritário, de um partido único e de eleições restritas, o que, aos olhos da população, era um retrocesso em relação ao período da presidência de Masaryk. O auge deste sistema de governo se deu com a tomada completa do país pelos alemães em Março de 1939. A partir deste momento, as promessas realizadas durante o Acordo de Munique perderam sua validade (MCDERMOTT, 2015). Heimann (2009) elucida a importância de se entender a tão pouco pesquisada Segunda República, breve período de governo entre o Acordo de Munique em setembro de 1938 e a transformação do Estado tchecoslovaco em protetorado alemão em março de 1939. Estes seis meses foram suficientes para transformar uma Tchecoslováquia consagrada durante vinte anos por sua democracia em um Estado autoritário, antes mesmo que suas atitudes pudessem ser decorrentes da influência e poder alemães.

De acordo com Hart (1970), a Alemanha nazista se aproveitou da conjuntura interna de instabilidade da Tchecoslováquia, promovendo e apoiando os movimentos separatistas, com o objetivo de produzir uma ruptura de dentro para fora. Dias antes da invasão completa, o líder eslovaco Padre Tiso declarou a independência desta nação em relação a Praga. Fatos como este propiciaram a tomada de poder pelo Terceiro Reich, pois representavam a falta de coesão social uma vez vista durante a Primeira República e que determinava que não haveria resistência suficiente ao exército nazista por parte da população tchecoslovaca.

Os acontecimentos e reflexos da Segunda Guerra Mundial também foram determinantes da conjuntura interna de instabilidade da Tchecoslováquia. Nas palavras de McDermott (2015, p.23, tradução da autora), “A Tchecoslováquia não foi a mais afetada, mas até mesmo aqui as perdas totais foram calculadas em mais de quatro bilhões de dólares”². Ainda, o autor (2015) afirma que aproximadamente 3,7% da população checoslovaca foi morta em decorrência da guerra, sendo este número quase quatro vezes a soma de perdas estimadas pela Grã Bretanha.

2.3 A Frente Nacional e a Via Pacífica

O Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSČ), fundado em 1921, já possuía histórico de aceitação nas eleições do país durante a Primeira República. McDermott (2015) exemplifica esta popularidade do partido através dos dados das eleições de 1925, em que o KSČ atingiu quase um milhão de votos, tornando-se o segundo maior partido do momento. De acordo com Calvocoressi (2009, tradução da autora), “Antes da Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista da Tchecoslováquia não era, ao contrário de seus vizinhos, nem ilegal nem subterrâneo. Foi o segundo maior partido político no país”.³

A Tchecoslováquia deixou de ser um protetorado alemão, unificou-se novamente e recuperou sua independência em 1945. O mês de maio marca o começo da Terceira República, governada pela então liga provisória, que não havia sido eleita democraticamente, de seis partidos exclusivamente de esquerda, desta vez entre eles partidos eslovacos, denominada Frente Nacional. Ainda que a junção dos

² “Czechoslovakia was not the worst affected, but even here total losses were calculated over four billion dollars”. (MCDERMOTT, 2015, p. 23).

³ “Before the Second World War, the Communist Party of Czechoslovakia was, unlike its neighbours, neither illegal nor underground. It was the second largest political party in the country”. (CALVOCORESSI, 2009)

seis partidos não tenha sido completamente artificial, na medida em que possuíam objetivos e interesses comuns entre si, ela abertamente excluiu dois dos partidos mais populares no pré-guerra, de orientação direitista e ligados à convivência com o domínio alemão, o Partido Agrário Tcheco e o Partido Popular Eslovaco. Dos vinte e cinco cargos para ministro eleitos inicialmente, mais de um terço pertencia aos políticos integrantes dos partidos comunistas (HEIMANN, 2009).

A grande aceitação do partido comunista refletiu-se no crescimento de filiados ao partido, que, segundo McDermott (2015), passou de 25 mil para 1 milhão em cerca de um ano. Além disso, o poder do KSČ foi relevante nas eleições livres de 1946, em que fizeram maioria comunista no parlamento, resultando na colocação do líder do KSČ, Klement Gottwald, como Primeiro Ministro da Tchecoslováquia. A liderança, entretanto, inseria-se em um contexto multipartidário, em que vários partidos precisavam estar de acordo com as decisões tomadas, o que limitava sua expressividade e prevenia o monopólio completo do partido comunista (MYANT, 2008).

Dessa forma, a partir da instalação da Frente Nacional, a imagem do KSČ foi gradativamente retomando sua popularidade. Os anos de guerra somados às consequências dos Acordo de Munique construíram um sentimento de aversão por parte da população tchecoslovaca às potências da Europa Ocidental, ao mesmo tempo em que abriram espaço para a retórica comunista, que se solidificou com a participação dos comunistas nacionais na resistência ao exército alemão e com a reputação do Exército Vermelho como libertador da dominação nazista (MCDERMOTT, 2015). Hobsbawn (2003) explica a tendência política:

Na verdade [...] em vários países a mobilização contra o fascismo iria produzir um patriotismo da esquerda, sobretudo durante a guerra, quando a resistência ao Eixo era feita por “frentes nacionais” ou governos que abrangiam todo o espectro político, excluindo apenas os fascistas e seus colaboradores. (HOBSBAWN, 2003, p. 138).

Neste contexto, um discurso sobre luta de classes não era suficiente para a consolidação deste partido e outros temas eram mais latentes na recém liberta Tchecoslováquia. Nos últimos sete anos, a população havia sofrido imensas perdas humanas e materiais com a guerra e a subjugação aos alemães. A perda de soberania e, conseqüentemente, de independência política e econômica no período da Segunda

República, gerou o sentimento de libertação nacional entre a população que fora oprimida. Além disso, a visão da democracia ocidental liberal já não era mais a mesma, uma vez que esta foi responsável por deixar penetrar o extremismo fascista e nazista. Fazia-se necessário, portanto, a remodelação e atualização da democracia, para as quais somente o KSČ se mostrou apto (MCDERMOTT, 2015).

A expropriação e o reassentamento forçado de quase três milhões de alemães que haviam ocupado a Tchecoslováquia representou a consequência imediata e mais violenta deste sentimento de libertação nacional. A iniciativa se dividiu em dois estágios, sendo o primeiro, de maio a agosto de 1945, mais desorientado e arbitrário e o segundo, de agosto em diante, ratificado pela Conferência de Potsdam. Como resultado mais visível destaca-se a maior homogeneização quanto às nações que compunham o Estado. No curto prazo, as terras expropriadas foram entregues à população. A administração dos Ministros do Interior e da Agricultura, que compunham a face comunista do governo, orientou e fez as correções necessárias quanto à distribuição destas terras, garantindo certa igualdade e prevenindo que oportunistas tirassem vantagem da situação (MCDERMOTT, 2015). Segundo McDermott:

[...] e é aqui que podemos detectar uma clara correlação entre as expulsões e a crescente popularidade comunista. Sabe-se que a porcentagem de votos emitidos para o KSČ nas fronteiras reassentadas nas eleições parlamentares de maio de 1946 foi substancialmente maior do que a média nacional. (MCDERMOTT, 2015, p.46, tradução da autora)⁴.

A distribuição destas terras representou em última instância a ascensão social e econômica que ainda não tinha sido possível para um número expressivo de camponeses e trabalhadores, o que logicamente converteu-se em popularidade para a frente comunista e votos para o KSČ. A expulsão dos alemães teve como último resultado a alteração da composição social e étnica da Tchecoslováquia, criando espaço para o experimento de um socialismo próprio e moderno (MCDERMOTT, 2015).

⁴ [...] and it is here that we can detect a clear correlation between the expulsions and growing communist popularity. It is well known that the percentage of votes cast for the KSČ in the resettled borderlands in the May 1946 parliamentary elections was substantially higher than the national average. (MCDERMOTT, 2015, p. 46).

A respeito do discurso de democracia comunista, em 1945 foi anunciado o prestigiado Programa Kosice da Frente Nacional. Este programa era a representação das políticas elaboradas pelo KSČ visando suprir as necessidades da sociedade pós-Segunda Guerra Mundial e, diferentemente do experimento de 1918, teve sucesso graças à estrutura organizacional do partido, que permitiu unidade e determinação para colocar as políticas em prática (MYANT, 2008).

Dentre as iniciativas deste programa, houve endosso dos eleitos Comitês Nacionais de âmbito local e distrital como fundação de um novo aparato estatal, o reconhecimento da igualdade entre tchecos e eslovacos e da existência de uma nação eslovaca independente e, por fim, o banimento dos colaboracionistas do governo protetorado do Terceiro Reich, que faziam parte das forças armadas e da administração pública. O programa representava as aspirações da esquerda de uma nova democracia que seria a via não-revolucionária e não-violenta para o comunismo. (MCDERMOTT, 2015). Nas palavras de McDermott:

Assim, nas condições tchecoslovacas de 1938-1948, a democracia foi parcialmente desencadeada de suas conotações parlamentares liberais do “antigo mundo” e passou a significar uma “democracia socializadora” ou “nova ordem”, que abrange a reforma social e de bem-estar, a justiça econômica, a intervenção estatal para a reconstrução nacional, um papel proeminente para os trabalhadores, e uma “cultura nacional” “desburguesada” e “desgermanizada”, ou o que os comunistas chamavam de “democracia popular”. (MCDERMOTT, 2015, p.41, tradução da autora)⁵.

2.4 As Relações com a União Soviética

O século XX foi marcado por três invasões à URSS cujo reflexo foi a presença do tema de segurança nacional na agenda internacional desta potência. Stalin especialmente acreditava que uma zona de influência era necessária para manter a URSS protegida de seus inimigos. Com o aumento de tensões da Guerra Fria em 1947, o posicionamento em relação aos países europeus em que mantinha certa influência tornou-se mais vigoroso (MCDERMOTT, 2015). A estratégia em relação à Tchecoslováquia era semelhante àquela praticada nos outros países vizinhos

5 So, in the Czechoslovak conditions of 1938-48, democracy has been partially unchained from its ‘old world’ liberal parliamentary free market connotations and came to signify a ‘socialising democracy’, or ‘new order’, embracing social and welfare reform, economic justice, state intervention for national reconstruction, a prominent role for the working people, and a debourgeoisified and de-Germanised ‘national culture’, or what the communists called ‘people’s democracy’. (MCDERMOTT, 2015, p. 41).

Por um lado, a URSS estabeleceu relações diplomáticas cordiais com o governo de Benes no exílio em Londres, tendo oficialmente reconhecido-o em 1941, com o objetivo de influenciar os desenvolvimentos futuros no país. Por outro lado, Stalin e seus chefes ideológicos procuraram informar e dirigir as estratégias gerais dos líderes do KSČ domiciliados em Moscou, ao mesmo tempo em que os permitiram e inevitavelmente seus companheiros sitiados no Protetorado e na República Eslovaca, uma justa flexibilidade tática no terreno. (MCDERMOTT, 2015, p.30, tradução da autora)⁶.

Neste sentido, o Tratado de Mútua Assistência entre os dois países, firmado em maio de 1935 representava a tentativa de estabelecer as relações cordiais que colocariam a Tchecoslováquia dentro da zona de influência soviética. Não obstante, é imprescindível lembrar que esta relação não era unilateral e impositiva. Havia também interesse por parte da potência menor. Primeiramente, a clara demonstração de insatisfação a respeito das resoluções do Acordo de Munique quanto à questão tchecoslovaca, bem como a ajuda prestada pelo Exército Vermelho na expulsão dos alemães, foram responsáveis por gerar uma boa imagem da URSS. Ou seja, as relações entre os dois países eram bem quistas pela população tchecoslovaca (MCDERMOTT, 2015)

Ao mesmo tempo, como havia sido acordado no tratado de 1935, a potência maior prometia ajuda à potência menor. Este auxílio poderia vir de diversas formas – econômica, securitária ou política. Fazer parte da zona de influência soviética significava contar com o amparo da URSS em ocasiões que fossem necessárias. Conforme Ragsdale:

Em maio de 1935, os franceses e os soviéticos assinaram um tratado de aliança. Duas semanas depois, a Tchecoslováquia e a União Soviética assinaram um quase idêntico. O tratado franco-soviético estipulava sua assistência militar mútua no caso de qualquer poder ser atacado por outra potência europeia. O Pacto checoslovaco-soviético continha uma disposição adicional que estipulava o auxílio soviético à Tchecoslováquia apenas seguido aquele da França. (RAGSDALE, 2004, p.10, tradução da autora)⁷.

6 On the one hand, the USSR established cordial diplomatic relations with Benes's government-in-exile in London, having officially recognised it in 1941, with a view to influencing future developments in the country. On the other, Stalin and his ideological chiefs sought to inform and direct the overall strategies of the KSČ leaders domiciled in Moscow, while permitting them, and perforce their beleaguered comrades in the Protectorate and Slovak Republic, a fair degree of tactical flexibility on the ground. (MCDERMOTT, 2015, p. 30).

7 In May 1935, the French and the Soviets signed a treaty of alliance. Two weeks later, Czechoslovakia and the Soviet Union signed a nearly identical one. The Franco-Soviet Treaty stipulated their mutual military assistance in the event that either power were attacked by another European power. The Czechoslovak-Soviet Pact contained an additional provision stipulating Soviet aid to Czechoslovakia only following that of France. (RAGSDALE, 2004, p. 10).

Este estreitamento de relações veio acompanhado, todavia, de alguns percalços, se considerarmos que Eduard Benes, político alinhado com Ocidente, se encontrava restituído no poder. O então presidente da Tchecoslováquia era o principal símbolo, na Europa central, do desejo de conduzir um Estado de acordo com os valores ocidentais, porém com a URSS como aliada. Logicamente, esta era uma fórmula de difícil garantia, o que se tornou explícito na tentativa tchecoslovaca de fazer parte do Plano Marshall, de assistência financeira dos Estados Unidos para a reconstrução e reestabilização da Europa durante o período da Guerra Fria (CALVOCORESSI, 2009).

O Plano Marshall surgiu em um momento em que predominava a manutenção de boas relações entre as potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, incluindo a URSS. Não obstante, já era possível observar os primeiros movimentos da Guerra Fria e a aproximação entre os governos tchecoslovaco e soviético, que compartilhavam o mesmo receio quanto a uma possível retomada de poder alemã, o que afastava qualquer aliança com os Estados Unidos. A aceitação da Doutrina Truman, anterior ao plano, já revelava uma divisão política na sociedade tchecoslovaca entre dois lados, um que apoiava a assistência prestada pelos Estados Unidos à Europa e outro que rejeitava, pois entendia que fazia parte da tentativa deste país em interferir nos assuntos políticos europeus e afastar a influência da URSS (MYANT, 2008).

A retomada de prosperidade na Europa Ocidental implicava no distanciamento do apelo do comunismo como alternativa de sistema econômico. Além do mais, a pretensão de incluir a Alemanha no novo bloco deixava clara a existência de objetivos políticos anti-soviéticos. Na visão de Stalin, o plano era uma tentativa de isolar a URSS do restante da Europa e, portanto, este deixou claro que a participação da Tchecoslováquia nas conferências sobre o plano rompia com os termos do Tratado de Assistência Mútua entre os dois países. Ao mesmo tempo, o líder garantiu recompensas pela preservação da aliança, tais como ajuda econômica e suprimento de grãos e equipamentos industriais (MCDERMOTT, 2015).

A determinação soviética em consolidar seu controle na Europa Oriental foi consequência lógica deste movimento dos Estados Unidos na Guerra Fria. Como resultado, há a formação do Cominform, comitê comunista que visava orientar e

subordinar os partidos comunistas dos outros Estados à influência soviética. As ações e os comportamentos do KSČ passam então a ser analisados mais rigorosamente, solidificando a tendência de autonomia limitada da frente comunista nacional e, congruentemente, da Tchecoslováquia em si (MCDERMOTT, 2015).

Apesar de haver certa restrição na autonomia política da Tchecoslováquia, este Estado, sob a liderança do KSČ, possuía sua própria via para o socialismo, pacífica e parlamentar, da qual não abdicou até 1948, mesmo que pressões externas conduzissem ao oposto. Conforme McDermott:

Esta ênfase cautelosa em uma transição específica, gradual e por implicação democrática para o socialismo mais sintonizada com a cultura política e os níveis de desenvolvimento socioeconômico tchecoslovacos e evitando formas abertas de repressão política atingiu acordes profundos entre a intelligentsia do partido e muitos membros do baixo escalão, mesmo talvez entre alguns trabalhadores e intelectuais não-comunistas. Também era suficientemente ambíguo para oferecer esperança aos elementos mais radicais no partido que achava difícil renunciar à herança do ativismo revolucionário e à devoção ao protótipo soviético (MCDERMOTT, 2015, p.39, tradução da autora)⁸.

3 Considerações Finais

O período entre 1938 e 1948 é apenas um recorte de uma história nacional marcada pela ingerência externa e pela dependência da Tchecoslováquia em relação a grandes potências. Após breves vinte anos de democracia, durante a chamada Primeira República de Masaryk, o país retomou o estado de subjugação a outra potência, tornando-se protetorado alemão.

O Acordo de Munique e os impactos da Segunda Guerra Mundial sobre este território formaram gradativamente uma consciência da população em geral em torno dos valores da democracia e do nacionalismo. A capacidade do KSČ de se utilizar destes valores como retórica para construir sua imagem, bem como a Frente Nacional Comunista, revelou que este era o único partido apto para fornecer uma alternativa viável à política interna da Tchecoslováquia.

8 This cautious emphasis on a specific, gradual and by implication democratic transition to socialism more attuned to indigenous Czechoslovak political culture and levels of socio-economic development and eschewing overt forms of political repression struck deep chords among the party intelligentsia and many rank-and-file members, even perhaps among some non-communist workers and intellectuals. It was also sufficiently ambiguous to offer hope to the more radical elements in the party who found it difficult to renounce the Comintern heritage of revolutionary activism and devotion to the Soviet prototype. (MCDERMOTT, 2015, p. 39).

Subsequentemente, a libertação do domínio alemão somente foi possível a partir da ação da União Soviética e sua política externa de Guerra Fria. A ajuda militar do Exército Vermelho foi o primeiro passo para a construção de uma aliança política, securitária e econômica, que trouxe benefícios para ambos lados mas que também implicou na limitação da autonomia da Frente Nacional Comunista e do KSČ no contexto de formulação de uma via própria e pacífica para o comunismo.

Finalmente, considerou-se o jogo das forças internas como importante fator da consolidação política do KSČ, e, portanto, desta análise. Deve-se destacar a influência dos anseios e da consciência da população para as decisões da Frente Nacional assim como para a construção da imagem do KSČ, pois a análise considera que esta foi decisiva para os rumos que foram tomados, tendo como ápice o ano de 1948, com a implementação do regime comunista na Tchecoslováquia.

The External Determinants of Political Consolidation of the Communist Party of Czechoslovakia Between 1938 and 1948

ABSTRACT: This article aims to analyze the external determinants that have impacted on the consolidation of the Czechoslovak Communist Party (KSČ) policy between 1938 and 1948 and its connection with internal determinants. The author proposes to answer the following question throughout the article: “What were the external factors that impacted on the political consolidation of KSČ in Czechoslovakia between 1938 and 1948?”. In order to answer this question, three hypotheses were assumed; the three hypotheses were corroborated in the four subsections of the paper.

KEYWORDS: Communist Party of Czechoslovakia. First Republic. Munich Agreement. National Front. Limited Autonomy.

Referências

CALVOCORESSI, P.. *World Politics Since 1945*. London: Pearson Education, 2009.

HART, B. H. L. *History of the Second World War*. Londres: Cassell & Company, 1970.

HEIMANN, M. *Czechoslovakia: the state that failed*. New Haven: Yale University Press, 2009.

HOBBSBAWN, E. J. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MCDERMOTT, K. *Communist Czechoslovakia, 1945-89: a political and social history*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

MYANT, M. *Socialism and democracy in Czechoslovakia, 1945-1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ORZOFF, A. *Battle for the Castle. The Myth of Czechoslovakia in Europe, 1914-1948*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

RAGSDALE, H. *The soviets, the Munich Crisis, and the coming of World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.